**A preparar o quarto resgate**

É do conhecimento comum que a desconfiança dos cidadãos em relação aos políticos tem vindo a crescer e que o descrédito dos políticos perante os cidadãos tem vindo a aumentar.

Não me detenho, porém, a analisar a complexa questão ou mesmo a apontar algumas causas por que reparamos mais facilmente no “cisco” no olho do outro do que na “trave” no nosso próprio olho: quantas vezes é o nosso vizinho com uma baixa fraudulenta ou que não passa recibo de trabalhos que realiza, que aponta o dedo para a suposta corrupção ou troca de favores dos políticos…

Mas mesmo na hipocrisia desta atitude há uma justificação remota que não deixa de ser pertinente: é que os políticos têm mais obrigações do que o cidadão comum. Recordo o filósofo contemporâneo Hans Jonas que defende uma relação inversamente proporcional entre direitos e deveres decorrente dos diferentes níveis de poder de cada um. Ele exemplifica que são muitos os direitos que assistem a uma criança mas poucos os deveres que lhe podem ser atribuídos; inversamente, são muitos os deveres que competem aos políticos, pelo poder de que dispõem, mas poucos os direitos que se lhes reconhece, como seja o do resguardo da sua vida privada….

Sim, parece que esperamos sempre mais dos outros, e sobretudo dos políticos, do que de nós próprios… Mas, mesmo que assim não fosse, e mesmo para aqueles que (lamentavelmente) já há muito negam dar a sua confiança a qualquer político, o espectáculo que se instalou na política portuguesa desde a divulgação dos resultados das últimas eleições conseguiu que o desdém e mesmo a repulsa pela política alcançassem uma dimensão antes inimaginável…!

Não importa o sentido que cada um deu ao seu voto; importa apenas que seja intelectualmente honesto e moralmente íntegro para não se deixar entrar no jogo político de pessoas e partidos que esqueceram o país.

Seria deprimente relatar o frenesim esquizofrénico das estratégias dissimuladas, dos discursos incoerentes e das acções contraditórias. O que sempre permanece, em qualquer versão do dramático folhetim para que nos atiraram, é um partido socialista que, com um programa eleitoral convergente com o da coligação, encenou uma negociação de que se manteve ausente; que, com um programa eleitoral divergente do das esquerdas radicais, se empenhou profundamente num acordo de que fica refém. Bizarro…?! Sim, mas a contradição parece pequena comparativamente à enorme ambição individual de poder.

De facto, um acordo entre programas convergentes resulta numa maioria de 70% dos votos expressos e um acordo entre programas divergentes resulta numa maioria de 50%. Não seria então óbvio investir na mais ampla, compatível, e mais fácil maioria, em vez da mais pequena, incompatível, e mais difícil…?! Claro! A única diferença é que, no primeiro caso o Primeiro-Ministro seria Passos Coelho e no segundo, António Costa.

A mesquinha ambição pessoal justifica assim que se empurre o partido por derivas sem fim à vista, que comprometem os seus valores e história, em suma, a sua identidade, expondo-o também à voracidade da esquerda radical que o pode reduzir à insignificância. Mas, o que verdadeiramente me importa, é que o poder de um homem desesperado desbarate os sacrifícios feitos e os primeiros resultados de recuperação à vista e arraste o país para o aumento da despesa, o desequilíbrio da despesa pública, a ausência de investimento externo, políticas que só a demagogia justifica e que os novos impostos – de que já se fala – pagarão.

Quem antes nos forçou aos três resgates da nossa história democrática prepara agora atirar-nos para o quarto!

M. Patrão Neves

[www.mpatraoneves.pt](http://www.mpatraoneves.pt)